

Uma nota sobre a população ótima do Brasil

Edy Luiz Kogut *

1. Introdução; 2. Modelos de população ótima; 3. Um critério alternativo para a população ótima.

1. Introdução

A teoria de crescimento ideal da população brasileira tem sido objeto de grande polêmica nos últimos anos. Certos estudiosos vêem a atual explosão demográfica como fator de retardamento do progresso econômico.¹ Outros ponderam que, com o produto real crescendo a 10% ao ano, é irrelevante se a taxa de crescimento populacional (TCP) é de 3 ou 2%. No último caso a renda *per capita* dobraria em nove anos, no primeiro em 11 anos. Além disso, argumentam, teríamos ganhos com a exis-

* O autor é doutor em economia pela Universidade de Chicago e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Deseja agradecer os comentários de Carlos Geraldo Langoni, Fredricka Pickford Santos, José Luiz Carvalho e Og Francisco Leme. Os pontos de vista expostos são de responsabilidade exclusiva do autor.

¹ Veja, por exemplo, Simonsen, Mario Henrique, *Brasil 2002*. Rio de Janeiro, APEC — Bloch, 1972. p. 65-74.

tência de um mercado consumidor maior, e melhores possibilidades de ocupar áreas vazias de nosso território.²

O objetivo desta nota é mostrar que a noção usual de eficiência econômica pode levar a um critério de escolha de população ótima, diferente da maximização da função do bem-estar implícita no debate brasileiro. Esta última função tem como único argumento a renda *per capita* e omite os serviços não-monetários derivados dos filhos. Parece-nos que essa omissão tem conseqüências importantes, uma vez que a teoria econômica deve levar em conta serviços não-pecuniários. No nosso caso específico, introduzimos uma função de utilidade familiar tendo como um dos argumentos os serviços derivados de crianças. Discutimos, então, quais as condições que nos levariam a um crescimento de população ótima, no sentido de Pareto.

Como introdução, tendo em vista que a discussão do caso brasileiro tem seguido a linha tradicional dos modelos econômicos de população ótima, procuramos rever rapidamente estes modelos. A característica comum a todos eles é o uso da maximização da renda *per capita* como único critério de escolha da TCP ótima. Nenhum deles leva em consideração o que nos parece fundamental nesse tipo de análise: os retornos não-monetários derivados dos filhos.

2. Modelos de população ótima

No usual modelo neoclássico de crescimento econômico, a TCP é considerada como uma constante exógena. Supõe-se a existência de uma função de produção agregada da economia, contínua e homogênea linear, fatores de produção capital e trabalho homogêneos, perfeitamente divisíveis e de custo positivo, e a poupança como fração constante da renda.³ Demonstra-se, então, que, sem mudança tecnológica, a taxa de crescimento do produto é igual à TCP, a qual é uma constante.

Nesse modelo, se considerarmos a taxa de poupança como instrumento de política econômica, e se o objetivo for maximizar o consumo

² Simonsen critica esses argumentos pró-natalistas. Assim, ao se comparar apenas os aumentos da renda *per capita*, que é um valor médio, esquece-se o fato de que a explosão demográfica desfavorece as classes mais pobres, em geral as de maior número de filhos, através do desemprego e da piora na distribuição de renda. Quanto ao mercado consumidor, é preciso levar em conta, além de seu tamanho, também seu poder aquisitivo. Por fim, a ocupação do território nacional é primordialmente função dos incentivos para migrar e não do aumento populacional. Veja Simonsen op. cit. p. 70-2.

³ Homogeneidade do primeiro grau, divisibilidade e custo positivo dos fatores implicam que a função de produção só seja relevante nos intervalos em que as produtividades média e marginal de ambos os fatores sejam decrescentes e positivas.

per capita, demonstra-se que o consumo *per capita* máximo sustentável é obtido quando a fração da renda poupada (taxa de poupança) é igual à fração do produto que cabe ao fator capital, ou equivalentemente quando a taxa de crescimento da economia é igual à taxa de retorno do capital. Este resultado é um pouco modificado se a TCP for considerada endógena, função da renda *per capita*. Neste caso o consumo máximo é obtido quando a taxa de poupança é igual à fração do produto que cabe ao capital vezes $(1 - kn')$, onde k é a razão capital-trabalho e n' é a derivada da taxa de crescimento da população (n) com relação à renda *per capita*.⁴

Esse modelo leva a uma conclusão absurda se a TCP é considerada como parâmetro de decisão. Suponha, por exemplo, que para um dado estoque de capital, variemos a força de trabalho. Tendo em vista que as produtividades média e marginal do trabalho são sempre decrescentes, e que a poupança é uma fração constante da renda, conclui-se que o consumo *per capita* é maximizado quando a população é igual a um indivíduo. Uma das maneiras de solucionar este problema é admitir que a produtividade média de trabalho primeiro cresça, atinja a um máximo e depois decresça. O ponto máximo da produtividade média é aquele em que ela é igual à marginal (decrescente). A população ótima é, então, a que leva a essa igualdade, e a sua variação depende das mudanças da função de produção, isto é, das mudanças do ponto onde a produtividade média é igual à marginal. Laghat mostra que este último resultado depende das hipóteses relativas à função poupança e à curva de produtividade marginal. Assim, se mantivermos a poupança constante, exatamente a necessária para manter o estoque dado de capital, cada indivíduo adicional poderá fazer com que a poupança média caia, aumentando o consumo *per capita*. O consumo *per capita* pode crescer até o ponto em que ele iguale a produtividade marginal (decrescente): esse é o ponto que corresponde à população ótima. A TCP é a que faz com que a população corresponda aos pontos de igualdade entre a produtividade marginal e o consumo médio. O avanço tecnológico, descoberta de novos recursos naturais e um maior estoque de capital deslocam a curva de produtividade marginal, aumentando a população ótima.⁵

Do mesmo modo que os modelos discutidos anteriormente, os chamados modelos de investimento em controle de natalidade têm como úni-

⁴ Veja Davis, Eric. Modified golden rule; the case with endogenous labor supply. *American Economic Review*, Mar./June, 1969.

⁵ Laghat, S. K. Optimum population and maximum average consumption. *Indian Journal of Economics*, v. 44, Apr. 1964.

co critério de população ideal a maximização do consumo (ou renda) *per capita*.

Segundo os proponentes da análise de custos e benefícios de controle da natalidade, a população ótima é aquela que iguala a zero o valor presente de um recém-nascido, usando o custo de oportunidade social do capital como taxa de desconto. Entende-se por benefício aquilo que o indivíduo irá produzir, e por custos o que deverá consumir.⁶

O modelo pode ser estendido adicionando-se mais alguns benefícios resultantes do controle de natalidade. Como, segundo os proponentes dessa análise, cada criança que nasce consome mais do que produz, se ela não nascer haverá um aumento de renda *per capita*, crescendo, conseqüentemente, o consumo e a poupança médios, daí dando margem a novos aumentos na renda *per capita*. Por outro lado, a maior renda *per capita* reflete-se numa melhor dieta e, conseqüentemente, em maior produtividade.⁷

O uso desses modelos para se chegar à TCP ótima leva à conclusão inevitável que ela deve ser zero, já que cada criança adicional tende a ter um valor presente negativo, pelo menos nos países subdesenvolvidos, como explicitamente assumem seus autores.

Como alternativa dessa análise de custos e benefícios de controle de natalidade tem-se desenvolvido modelos dinâmicos da economia incluindo variáveis econômicas e demográficas, onde se simula o comportamento da economia com ou sem redução de fertilidade. Esses últimos modelos mostram que, *em termos de renda per capita*, há grandes benefícios para a sociedade derivados de programas de redução de fertilidade.⁸

3. Um critério alternativo para a população ótima

Conforme a discussão anterior, todos os modelos mencionados usam implicitamente uma função de bem-estar cujo único argumento é o consumo (renda) *per capita*.⁹

⁶ Veja, por exemplo, Enke, S. The economic aspects of slowing population growth. *Economic Journal*, p. 44-56, Mar. 1964.

⁷ Zaidar, G. C. *The costs and benefits of family planning programs*. Washington, BIRD, 1971. (World and Staff Occasional Papers, n. 12.)

⁸ Simonsen, M. H. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro. APEC — Bloch, 1972.

⁹ Veja, por exemplo, Coale, Ainsley & Hoover, Edgar H. *Population growth and economic development in low-income countries*. Princeton, Princeton University Press, 1958; e Blandy, Richard & Wery, René. Bachus — I: the dynamic economic-demographic model of the population and employment project of the world employment programme. Trabalho apresentado na reunião de Diretores de Pesquisas do Projeto de População e Emprego da Organização Internacional do Trabalho. Geneve, 1973.

Há duas críticas sérias que podem ser feitas a tais modelos. Primeiro, conforme já observado, eles não levam em consideração serviços não-pecuniários derivados dos filhos. Se o valor presente de um novo ser humano for negativo e crianças continuarem a nascer, a conclusão inevitável é que crianças são bens de consumo e não de investimento. A segunda crítica prende-se ao uso de funções de bem-estar. O problema com o uso de funções de bem-estar é que a escolha dessa função é bastante arbitrária. No nosso caso específico, por exemplo, a maioria das pessoas concorda que um consumo *per capita* maior é preferível a um menor, mas pode haver discordância com relação a outros fatores. Por exemplo, mantendo-se constante o consumo *per capita*, um número maior de consumidores melhora ou piora o bem-estar geral? Se formos indiferentes quanto a isto, vale dizer, se o número de consumidores não entrar na função objetiva, chegamos à conclusão absurda que a população ideal é igual a um indivíduo, utilizando-se o modelo usual de crescimento econômico mencionado anteriormente, com produtividade marginal do trabalho sempre decrescente. É possível, pois, chegar a conclusões diferentes, dependendo da função de bem-estar escolhida. Por isso, para decisões de política econômica, os economistas têm freqüentemente procurado se basear no ótimo de Pareto.

O ótimo de Pareto é, em geral, usado como sinônimo de eficiência econômica. Diz-se que uma solução é ótima de Pareto quando não é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a do outro. Demonstra-se que, sob certas hipóteses relacionadas à tecnologia — preferências dos indivíduos e motivações dos empresários — a maximização da utilidade individual e dos lucros de firmas “atomísticas” leva à solução ótima de Pareto.¹⁰

No ótimo de Pareto, o consumo de cada indivíduo é tal que a razão entre a utilidade marginal e o preço é igual para todos os bens e serviços consumidos. Em particular, essa relação marginal é válida também para os serviços derivados de crianças, dentro da recente extensão da teoria econômica que analisa os problemas relacionados com as decisões econômicas da unidade familiar.

Até uma década passada, os economistas tendiam a acreditar que os determinantes de fertilidade eram fundamentalmente não-econômicos ou, pelo menos, que a análise de fertilidade estava fora do campo da teoria econômica. A razão principal para o abandono pelos economistas do com-

¹⁰ Veja Bator, Francis M. The simple analytics of welfare maximization. *American Economic Review*, p. 22-59, Mar. 1957. Na verdade, as decisões não precisam partir das firmas e indivíduos. Técnicos do governo podem tomar essas decisões “como se” elas partissem de indivíduos.

portamento da fertilidade tem sido a dificuldade de incorporá-lo rigorosamente na teoria tradicional do consumidor. O comportamento familiar apresenta certas características que tornam difícil a análise de fertilidade dentro de um contexto teórico de escolha entre alternativas. Assim, por exemplo, a criação de crianças é uma atividade fora do mercado, e não há transações que forneçam informações para o observador sobre o custo de crianças, no lado da oferta, ou valor de crianças no lado da procura. Isso porque os pais são ao mesmo tempo ofertantes e demandantes de crianças. Além disso, crianças requerem o tempo dos pais além de gastos em espécie; os gastos com crianças podem estar condicionados à posição social da família ou à cultura existente; caso se tenha mais filhos que o desejado não é possível, *em princípio*, corrigir-se o erro.

O novo tratamento dado à teoria do consumidor, proposto por Lancaster e Becker,¹¹ prevê as bases teóricas para uma formulação de custos e satisfações derivadas de crianças de uma maneira mais satisfatória que o possível dentro da teoria convencional do consumidor.

Nesse novo *approach* a família é considerada como a unidade econômica que procura maximizar uma função objetiva (utilidade) sujeita às limitações de seus recursos e de sua capacidade de transformar esses recursos em argumentos de sua função objetiva.

Seja $U = U(Z_i)$ essa função objetiva

$$(i = 1, \dots, n)$$

Cada família tem uma função de produção que relaciona a produção de Z_i com diferentes insumos, isto é,

$$Z_i = f_i(x_{ij} t_{iy}) \quad (1)$$

onde os x_{ij} ($i = 1 \dots n$; $j = 1 \dots m$)

são diversos bens e serviços comprados no mercado e utilizados na produção de Z_i

$$t_{iy} \quad (i = 1 \dots n; y = 1 \dots k)$$

representam o tempo dedicado pelo membro Y da família à produção dos bens Z_i .

¹¹ Lancaster, Kelvin J. New approach to consumer theory. *Journal of Political Economy*, v. 74, p. 132-57, Apr. 1966; e Becker, Gary. An economic analysis of fertility. In: NBER Conference. Volume: *Demographic and economic change developed countries*. Princeton, Princeton University Press, 1960.

O orçamento familiar para os x_j é:

$$\xi_i \xi_j p_j x_{ij} = \xi w_y l_y + V \quad (2)$$

onde w_y ($y = 1 \dots k$) é o salário do membro Y da família, l_y é o tempo que ele dedica às suas atividades de mercado e V é a renda de propriedade.

Evidentemente, a soma de t_y e l_y deve ser igual ao tempo total disponível, isto é:

$$T = t_y + l_y \quad (3)$$

Combinando (2) e (3), podemos reunir as restrições orçamentárias e de tempo numa só:

$$\xi_i \xi_j p_j x_{ij} + \xi w_y t_y = \xi w_y T + V = S \quad (4)$$

onde S representa "renda total", a renda máxima que pode ser obtida, caso os w_y mantenham-se constantes.

Supõe-se, nesse contexto, que a família procure maximizar $u(Z_i)$ sujeita a (1) e (4). A validade dessa hipótese foi discutida por Samuelson.¹²

Segundo Samuelson, uma família pode ser considerada como um conjunto de indivíduos cujo bem-estar comum é função da utilidade de cada um dos seus membros. Podemos, então, escrever uma função familiar do bem-estar social do tipo Bergson-Samuelson:

$$W = W(U^1 \dots U^k)$$

onde U^y ($y = 1 \dots k$) é o nível de utilidade do membro Y da família.

Supondo-se que a família procura maximizar W e que $U^j = U^j(Z_{ij})$ e $Z_i = \xi_j Z_{ij}$. Samuelson mostrou que a família se comportará *como se fosse* um indivíduo tentando maximizar $u(Z_i)$. Assim a demonstração de Samuelson baseia-se na independência das funções utilidades dos membros da família e na ausência de bens consumidos pela família com características de bens públicos. É evidente que essas hipóteses não são válidas para a unidade familiar. Entretanto, seguindo a linha de discussão de Coase em seu conhecido artigo sobre o problema do custo social pode-se admitir que a família, tendo todos os motivos para resolver os problemas de alocação que envolvem bens públicos e externalidades, é

¹² Samuelson, A. P. Social indifference curves. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, p. 22 Fev. 1956.

capaz de resolvê-los a contento.¹³ Pode-se, então, falar na maximização da função única $U(Z_i)$. Outra solução é admitir que todas as decisões são tomadas pelo chefe da família, cuja utilidade é, então, maximizada.

Assim nesse novo tratamento, a utilidade da família não é recebida diretamente do lazer ou do consumo de bens encontrados no mercado. Ela combina o tempo de seus membros (t_i) com bens e serviços encontrados no mercado (x_i), a fim de produzir dentro do lar os Z_i que, em última análise, são os “bens finais” que então afetam sua utilidade. Por exemplo, serviços médicos não proporcionam utilidade diretamente, mas a família adquire esses serviços, remédios, etc. e utiliza o tempo de seus membros para produzir o bem final “boa saúde”, do qual então deriva a utilidade. É, assim, natural, dentro desse contexto, considerar as características das crianças que provenham satisfação aos pais como “bens finais” produzidos com o tempo e bens de acordo com as suas funções de produção.¹⁴

As condições de máximo para $U(Z_i)$ são as usuais condições marginais. Particularmente, se Z_h representa serviços derivados de crianças, temos:

$$\frac{U'_{z_h}}{P_{z_h}} = \frac{U'_{z_i}}{P_{z_i}} \quad \dots \quad \text{ou} \quad \frac{U'_{z_h}}{U'_{z_i}} = \frac{P_{z_h}}{P_{z_i}} \quad \dots$$

Assim, em princípio, a família pode chegar a uma relação entre utilidade marginal e preço para crianças que é igual a dos outros bens. Se a relação dos preços P_{z_h} / P_{z_i} for dada para cada família, resulta que U'_{z_h} / U'_{z_i} será igual para todas elas. Atingiríamos, assim, o ótimo de Pareto. Pode-se argumentar que a família não pode atingir esse máximo porque uma criança não pode ser “vendida ou comprada”. Entretanto, de posse de toda informação possível, a família pode em geral atingir determinada quantidade de serviços de crianças, principalmente se houver substituição entre qualidade e quantidade de crianças.¹⁵ No caso da impossibilidade de se ter filhos, que é um caso raro, existe sempre a possibilidade de adoção.

¹³ Coase, Ronald. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, p. 1-44, Oct. 1960.

¹⁴ As funções de produção de serviços de crianças podem variar com cada filho tido. Por exemplo, a “tecnologia” de produzir serviços com o primeiro filho pode diferir da produção com o segundo, por causa das interações entre crianças, porque os pais podem utilizar a experiência com o primeiro filho na criação do segundo, ou porque alguns insumos podem ser empregados conjuntamente para ambas as crianças.

¹⁵ A posição social da família e a cultura influenciam o comportamento através da forma da função utilidade. A grande variação dos gastos com crianças entre famílias de um mesmo meio sugere que as obrigações dos pais com os filhos não são determinadas exogenamente.

Assim, se cada família maximizar sua função utilidade, é então possível falar em crescimento ótimo de população, pelo menos no sentido de Pareto.

Há, evidentemente, uma série de fatores que nos podem afastar da solução ótima de Pareto, apesar da "competitividade" de um mercado: informação imperfeita, economias de escala, existência de bens públicos e externalidades.

No caso específico em estudo, parece-nos que as causas mais importantes para não se atingir a posição de Pareto seriam a informação imperfeita e a externalidade gerada pelo fato da família não internalizar todos os custos e benefícios derivados dos filhos.

A divergência entre os custos privados da família e os da sociedade existe porque muitas famílias não pagam integralmente os serviços de urbanização e educação desfrutados por seus filhos, e também por causa da existência de subsídios diretamente relacionados com o número de filhos, como é o caso do salário-família e reduções do imposto de renda e auxílio natalidade.¹⁶

As famílias para as quais há provavelmente a maior divergência entre custos sociais e privados de crianças são as de classes de rendas inferiores das grandes metrópoles, onde existe educação primária gratuita e os serviços públicos são mais desenvolvidos. Recente publicação do IPEA estimou, com base em informações anuais, em cerca de 20% do salário-mínimo o valor dos serviços de urbanização usufruídos pelo trabalhador industrial urbano da Guanabara em 1968.¹⁷ Os serviços de educação primária (para um filho) foram avaliados em 16% do salário-mínimo. Como o valor do salário-família era de 5% do salário-mínimo, e assumindo que uma criança usufruía cerca de 50% dos serviços de urbanização de um adulto, cada filho adicionava serviços recebidos pela família como um todo no valor de 31% (16% + 5% + 10%). O trabalhador pagava, na ocasião, cerca de 12,4% do salário-mínimo em impostos diretos e indiretos e, portanto, apenas uma parte pequena dos serviços recebidos pelo filho. Admitindo-se que essas percentagens tenham-se mantido mais ou menos constantes, pode-se afirmar que existe uma divergência não desprezível entre o que é pago para cada criança, pela sociedade e pela família. Pode-se argumentar, entretanto, que há benefícios sociais derivados de uma

¹⁶ Assumimos que certos tipos de externalidades, como, por exemplo, os filhos incomodarem os vizinhos, etc., podem ser internalizadas através de um processo de barganha entre os interessados. Ver também neste artigo a nota 2.

¹⁷ Bacha, Edmar Lisboa et alii. Análise governamental de projetos de investimento no Brasil. Relatório de Pesquisa n.º 1, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1971.

população mais educada e saudável, que não são internalizados pela família. *Em parte*, portanto, a distorção do lado dos custos é compensada pela distorção do lado dos benefícios.

Comumente se argumenta que um aumento de população (ou TCP) gera um outro tipo de externalidade porque diminui a renda média da população existente. Na verdade, tal efeito, se ocorrer, não é propriamente uma externalidade como definida usualmente. É fato que na maioria dos modelos de crescimento econômico o efeito de aumentos de população (ou da TCP) age no sentido de diminuir a renda *per capita*. Seria necessário para que tal não acontecesse, que houvessem retornos de escala crescentes. Entretanto, mesmo assim, conforme já discutido na segunda parte deste artigo, não é ponto pacífico que haja uma diminuição de bem-estar da sociedade com o aumento da população. Por outro lado, suponha que a renda individual provém da venda dos serviços dos fatores capital e trabalho. Um aumento na população diminui eventualmente a relação capital-trabalho e, portanto, a produtividade marginal do capital tende a crescer em relação à produtividade marginal do trabalho. A maneira como isto afeta a renda do indivíduo depende da mudança nas produtividades marginais e nas quantidades de trabalho e capital que esse indivíduo possui. O crescimento de população afeta a renda individual através de uma modificação no valor dos seus serviços, o que não pode ser considerado como uma externalidade: um dos fatores de produção, o trabalho, torna-se menos escasso e isso se reflete no seu preço.

Do mesmo modo, argumenta-se que o aumento no tamanho da família representa uma herança menor para cada filho. Mas esse é um custo que os pais impõem a seus filhos quando decidem aumentar o tamanho da família e também não é uma externalidade com relação à comunidade.

Resta-nos, pois, o problema da informação. A evidência sugere que o legislador brasileiro sempre procurou proibir o emprego de métodos anticoncepcionais. Assim, por exemplo, o Decreto federal de 11 de janeiro de 1932, art. 16, veda ao médico a prática que tenha por fim impedir a concepção. O Decreto-lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941, art. 20, considera contravenção anunciar processo, substância ou objeto destinado a evitar gravidez. O Decreto federal n.º 4.112, de 14 de fevereiro de 1942, art. 2.º, II, proíbe aos médicos anunciar tratamento para evitar gravidez. O art. 56 do Código de Ética Médica proíbe ao médico anunciar, clara ou veladamente, processo ou tratamento destinado a evi-

tar gravidez.¹⁸ Conforme frisam Gregory e Martins, essas leis foram formuladas em outra época e por isso não são nem poderiam ser cumpridas literalmente. Entretanto, “a legislação vigente sobre anticoncepcional torna possível a informação anticoncepcional quase somente aos grupos socioeconômicos que têm acesso fácil e direto aos meios de comunicação relevantes, notadamente consultas particulares e com membros da classe médica”.¹⁹ Existem, pois, divergências entre as famílias, da relação entre o preço dos serviços de crianças e o preço de outros bens. Assim, mesmo que cada família maximize sua utilidade, a relação entre as utilidades marginais dos serviços de crianças e de outros bens será diferente para cada família, e o ótimo de Pareto não será alcançado. Para tanto, é preciso que os preços relativos sejam os mesmos para todos, ou melhor, é necessário que haja a livre difusão de informações sobre controle de natalidade e livre acesso a anticoncepcionais.

Por outro lado, a restrição artificial de informações sobre controle de natalidade e do livre acesso a anticoncepcionais impõe custos sobre certas famílias que podem ser substanciais, em termos psíquicos, e danos físicos, uma vez que tal política as leva a utilizar métodos anticoncepcionais como o aborto.

Parece, pois, não haver dúvida que a remoção das restrições de informações sobre anticoncepcionais constitui uma melhoria do bem-estar, no sentido de Pareto, já que aumentaria a satisfação de alguns sem prejuízo de outros. De qualquer maneira, estaríamos mais perto da TCP ótima se a família brasileira fosse informada de como levar avante sua determinação do número de filhos. Observe, porém, que não se propõe que as informações e os anticoncepcionais sejam subsidiados, nem que se oriente a família no sentido de ter determinado número de filhos.

¹⁸ Para uma discussão detalhada da legislação brasileira sobre o assunto, veja Gregory Afonso F. & Martins, George. Inter-relações dos aspectos micro e macrosociológicos nas políticas de população. Trabalho apresentado na Conferência Regional Latino-Americana de População, Mexico, 17 a 22 de agosto de 1970.

¹⁹ Ibid. p. 5-6. Relevantes tem aqui o sentido de existentes.

DEMOGRAFIA Y ECONOMIA

Redactores

Raúl Benítez Zenteno, Gerardo M. Bueno, Gustavo Cabrera Acevedo, Eliseo Mendoza Berrueto, Leopoldo Solís M., Rodolfo Stavenhagen, Claudio Stern, Luis Unikel S., Víctor L. Urquidi.

Secretario de redacción: Raúl de la Peña

Vol. VII, Núm. 1 (19)

1973

ARTICULOS

Víctor L. Urquidi y Adalberto García Rocha

La construcción de vivienda y el empleo en México

Luis Unikel, Crescencio Ruíz Chiapetto y Omar Lazcano

Factores de rechazo en la migración rural en México, 1950-1960

Larissa Lomnitz

Supervivencia en una barriada de la ciudad de México

Neide Lopes Patarra

Transición demográfica: —¿ Resumen histórico o teoría de población?—

Sofía Méndez Villarreal

La capacidad del sector industrial para generar ocupación

INFORMES

Planificación familiar: Tesis del Gobierno de México

Mensaje del episcopado al pueblo de México sobre la paternidad responsable

RESEÑA DE LIBROS

NOTAS BREVES

DEMOGRAFIA Y ECONOMIA se publica tres veces al año.

Redacción y administración:

El Colegio de México, Guanajuato 125, México 7, D. F.

Precio del ejemplar: México, \$ 25.00; Extranjero, Dls. 2.50

Suscripción anual: México, \$ 60.00; Extranjero, Dls. 6.00